



CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 4 A 10 DE ABRIL DE 1994

ANGOLA

Muito barulho por nada?

A proliferação dos combates por todo o território angolano é o mais sério fator de desestímulo à população, desejosa de ver concluída uma situação de guerra que por mais de 30 anos tem assolado o país. As negociações que vêm sendo realizadas desde o ano passado, em Lusaka, não têm sido suficientes para alterar as opiniões dos mais céticos de que o conflito perdurará por longo tempo.

A necessidade de manutenção de uma imagem conciliadora, principalmente face aos apelos internacionais, parece ter sido o motivo responsável pela persistência, apesar dos impasses, das negociações entre o governo e a Unita. E, com isso, as reuniões realizadas em Lusaka não acarretaram, até agora, qualquer alteração das péssimas condições de vida a que está sendo submetida a população devido à guerra.

A imprensa internacional parece demonstrar ter entendido que essas negociações produzem mais barulho do que ação e, já no mês de março, reduziu os comentários acerca da crise. É verdade que os últimos acontecimentos na África do Sul foram também responsáveis pela saída de Angola do noticiário internacional. Mas o fato é que o vai-e-vem das notícias – antífonas de paz e intensificação da luta – demonstrou a fragilidade do discurso de busca pela paz reiteradamente repetido pelos negociadores e provocou nova injeção de desesperança.

Na fase posterior à discussão dos fatores militares nas conversações de paz, discutiram-se as questões político-administrativas, e estava certo que ficaria acordada a parte referente à Unita no que diz respeito aos governos central e provinciais. O fracasso ocorrido também nessa área foi o ponto final para muitos daqueles que ainda acreditavam numa saída negociada a curto ou médio prazo. Fala-se agora em reedição do segundo turno das eleições, mas essa nova fórmula não passa de mais uma satisfação que tem que ser dada aos observadores internacionais.

A população sabe que o objetivo principal dos beligerantes é a supremacia militar sobre o seu oponente e, enquanto houver essa possibilidade, não ocorrerá real predisposição para o diálogo e a negociação.

Devemos acrescentar a esses espírito militar alguma dose de oportunismo e corrupção. A situação emergencial criada pela guerra favorece o crescimento da corrupção (Notícias Africanas, 42). A permanência desse ambiente de conflito armado pode se tornar um objetivo até mesmo para importantes figuras do governo e da Unita. Especula-se em Luanda sobre a formação de uma comissão parlamentar, nos moldes das CPIs brasileiras, para dar um basta a essa situação. E, caso ocorra uma política de caça aos corruptos governamentais e da Unita, é possível que se torne mais promissora a tendência a um acordo de paz.

Marcelo Bittencourt
(Pesquisador do CEEA)

ÁFRICA DO SUL

O 'rap' da democracia

Derviemos o olhar dos distúrbios e mortes para fixá-lo num dos aspectos mais comoventes da luta pela democracia na África do Sul: a preparação dos cidadãos para as eleições – a pedagogia do voto passada por alguns milhares de pessoas para o máximo de eleitores que, em número de 22 milhões, se aprestam para o grande pleito de 26 a 28 de abril corrente.

O material de campanha é o mais variado: há de história em quadrinhos a pequenas peças de teatro ou folhetos escritos nas nove línguas do país. Há cassetes com música e instruções que são distribuídas até nos táxis das grandes cidades, assim como um seriado de TV estrelado por Joe Mandela, artista muitíssimo popular. Mas o maior charme vai para o grupo de rap Profeta da Cidade, que está fazendo um show pelas escolas com um espetáculo intitulado "O rap pela democracia."

Outros grupos percorrem o país usando até a mímica, que procura reproduzir os gestos necessários para votar. Uma dúzia de caminhões se espalha pelas quatro províncias com meios audiovisuais, numa iniciativa do Matla Trust, organização que atua desde 1991 com fundos "arrancados" por Mandela e que vem se impondo como a mais dinâmica na pedagogia do voto.

Por todo o país estão espalhados 11 escritórios regionais, que possibilitaram a formação de 6.200 agentes do Fórum Inde-

pendente para a Educação Eleitoral (IFEE). Esse programa, liderado pelo Matla Trust, é formado por uma trintena de organizações da sociedade civil que vão desde o Conselho Sul-Africano das Igrejas até o Instituto para a Democracia Multipartidária, além de contar com a participação de partidos políticos. O programa articula, no todo, perto de 100 mil pessoas.

O financiamento é quase todo estrangeiro. Só o Matla Trust recebeu perto de US\$ 7 milhões da Comunidade Européia. Se somarmos o recebido por todas as organizações do gênero, o total sobe para cerca de US\$ 34 milhões.

Essa campanha, no entanto, não pretende fazer milagres. Há lugares em que ela nem pode entrar, pelo menos por enquanto. No bantustão de Buthelezi, o Kwazulu, por exemplo. Seis jovens que distribuíam folhetos foram mortos.

Segundo o Matla Trust, cerca de 10% do eleitorado (na casa dos dois milhões) votarão nulo ou em branco. De acordo com o cálculo, de cada dez pessoas que desperdiçarem seu voto, quatro o fazem porque não saberão como preenchê-lo, quatro porque não sabem ler e dois porque não sabem em quem votar.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

AOS ESTUDANTES AFRICANOS

Os estudantes que não confirmaram sua permanência como tal no país em 1994 perderão direito à assinatura gratuita deste clipping a partir deste número.

- 200 empresas portuguesas com os olhos em Moçambique 2
- Nova dinâmica nas eleições 3
- Uma coroa para Zwelithini 3
- 'Afrikaners': um povo insubmisso 4
- Muita conversa para nada 6
- Malogrou-se a mediação estrangeira 7
- O medo cresce em Joanesburgo 8
- A via da destribalização 9
- Uma questão de sorte 10
- Tráfico de documentos na Embaixada de Angola 10
- A indesejada rota do Cairo 11
- A guerra pode esperar 12
- Perigo adiado na África do Sul 12
- O combate dos chefes 13
- Telhado com vista para o gueto 13

Apelos ao investimento privado

200 EMPRESAS PORTUGUESAS COM OS OLHOS EM MOÇAMBIQUE

CARLOS ROMERO

As perspectivas de paz que se desenhavam em Moçambique estão a animar os empresários portugueses. Cerca de 200 empresas lusas estiveram, há poucos dias, presentes em Espinho num seminário subordinado ao tema "Oportunidades de Investimento no Sector Industrial em Moçambique". As hipóteses de investimento são às dezenas. É só perder o medo e... escolher.

Durante seis meses, portugueses do Instituto do Comércio e Turismo de Portugal (Icep) e moçambicanos do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Indústria Local (INDIL) visitaram e estudaram 32 empresas industriais e contabilizaram "mais de 40 oportunidades" de investimento e de criação de empresas mistas em Moçambique.

Deste esforço conjunto resultaram, para já, duas coisas: um estudo que contabiliza as "Oportunidades de Investimento no Sector Industrial em Moçambique", financiado pelo Icep e pelo Centre pour le Développement Industriel (CDI), e um seminário aberto a potenciais "investidores europeus" naquele país africano, realizado na passada quarta-feira em Espinho.

Cerca de 200 empresas portuguesas responderam aos apelos do Icep e do ministro do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira, fazendo-se representar no referido seminário com o objectivo de estudar hipóteses de inves-

timento e de cooperação empresarial em Moçambique. De acordo com listagens não exaustivas distribuídas aos empresários portugueses, há sete empresas estatais moçambicanas já alienadas ao sector privado ou em vias disso, e outras 43 empresas industriais que o Governo de Joaquim Chissano está a analisar com vista à sua venda a privados, até finais deste ano (ver relação de empresas nesta página).

Privatização com grande "dinâmica"

No texto do Icep distribuído no seminário, refere-se que o processo de privatização e de reestruturação de empresas detidas total ou parcialmente pelo Estado moçambicano "atingiu nos últimos tempos uma dinâmica de tal ordem" que muitas delas poderão estar já privatizadas na altura da divulgação do estudo atrás referido, na quarta-feira passada. Mesmo assim, entende o Icep que os empresários moçambicanos que as adquiriram "mantêm o interesse" de constituir "joint-ventures", continuando por isso válida a "disponibilidade para o investimento estrangeiro", mais concretamente português, "independentemente de as empresas estarem ou não privatizadas".

Numa altura em que as perspectivas de paz em Moçambique parecem muito mais animadoras do que em Angola, redobra naturalmente a atenção dos potenciais investidores portugueses. Foi seguramente esse um dos factores do êxito do seminário, e uma das razões que levaram Faria de Oliveira a sugerir à

PÚBLICO, 11.4.94

classe empresarial lusa o "regresso" sem medo a Moçambique. Para aguçar os apetites, o ministro português lembrou as condições propostas aos investidores nacionais para a investida empresarial em África, assegurando que o investimento privado português "é o modo mais sólido e duradouro de assegurar e consolidar posições nos mercados externos".

Incentivos

ao investimento

No quadro financeiro, as condições para o investimento português contam com a possibilidade de "uma parte relevante" da dívida moçambicana ao nosso país poder ser "convertida em capital de empresas moçambicanas". Depois, um factor "estimulante" do investimento português naquele país africano está na próxima abertura de uma sucursal do Banco de Fomento e Exterior, já autorizada pelas autoridades locais, e na "posição importante" detida pelo Banco

Totta & Açores num banco local.

O reforço do Fundo de Cooperação, previsto no programa do Governo português, as bonificações de juros, os benefícios fiscais, a possibilidade de acesso aos FRIE (Fundos de Reestruturação e Internacionalização Empresarial) e o recurso aos seguros de crédito ao investimento propostos pela Cosec são outras tantas possibilidades abertas aos potenciais investidores lusos destacadas por Faria de Oliveira.

Convicto de que Portugal "é o país do mundo que melhor conhece a realidade moçambicana" e está, por isso, "melhor preparado para apoiar o seu processo de desenvolvimento", o Faria de Oliveira averbou, para já, uma vitória com a resposta dada pelas 200 empresas portuguesas presentes em Espinho. O futuro próximo dirá se a classe empresarial portuguesa se fica pelo seminário ou se vai efectivamente ensaiar o "regresso a África". ■

Associação Cabo-Verdiana pede "segunda oportunidade"

O NOVO presidente da Associação Cabo-Verdiana, Alberto Josefa Barbosa, garantiu ontem em Lisboa que vai pedir às autoridades portuguesas uma "segunda oportunidade" para a legalização de imigrantes. Alberto Barbosa falava na cerimónia de posse para um mandato de dois anos como presidente da associação em Lisboa, cargo em que substituiu Arnaldo Andrade.

"Vamos contactar a Igreja, os sindicatos e diversas organizações para, juntos, pedirmos uma segunda oportunidade de legalização dos imigrantes", afirmou. Segundo o novo presidente da associação cabo-verdiana, "uma boa percentagem dos imigrantes ficou fora do processo de legalização devido a má informação, burocracia, medo e pressões exercidas pelo patronato".

Dados da associação indi-

cam que apresentaram pedido de legalização em 1993 cerca de 40 mil imigrantes ilegais em Portugal, estimando-se que residam actualmente no país perto de 80 mil.

O direito de voto nas eleições autárquicas, a habitação sem discriminação e a igualdade de oportunidades no trabalho são outros objectivos definidos pela nova direcção da associação, que se manifestou também a favor de acções em defesa da dignidade e da imagem de Cabo Verde, da comunidade cabo-verdiana e da própria associação em Portugal. Alberto Barbosa, de 42 anos, licenciado em Economia em Lisboa, fica à frente de uma direcção formada por doze membros, entre as quais o jornalista Manuel Delgado e o economista Pedro Barroa. ■

PÚBLICO, 11.4.94

Novà dinâmica nas eleições

PÚBLICO, 15 4 94

O NOVO estilo de acção política baseado na concertação, diálogo e unidade, que a oposição guineense revelou nas últimas semanas, introduziu uma nova dinâmica no processo de desenvolvimento da democracia, alterando os dados, precisamente quando está a decorrer o primeiro recenseamento eleitoral na História do país.

Até há pouco, e devido à indefinição e ausência de unidade da oposição, as vantagens pendiam para os governantes do PAIGC, com particular destaque para "Nino" Vieira, que tinha sabido aproveitar-se da falta de iniciativa dos que se lhe opõem, ao mesmo tempo que geria com um certo êxito as diferentes sensibilidades do partido (PAIGC-Jovem, ortodoxos, ultranacionalistas e moderados).

O general passara a dispor de apoiantes vindos da área dos independentes, que, não vendo

alternativas, optavam por aquilo que já conheciam. Alguns destes, aliados a um grupo de militantes de base do PAIGC, criaram o Núcleo Independente de Apoio a Nino (NIAN), para dar à sua campanha eleitoral um toque suprapartidário.

Tudo apontava para uma campanha relativamente fácil, até porque, do lado da oposição, se perfilavam nada menos do que sete candidatos presidenciais, o que obrigaria a uma divisão de votos de tal modo acentuada que "Nino" — mesmo com recurso a uma segunda volta — poderia vencer as primeiras eleições democráticas e legitimar o seu poder.

A oposição acordou

Face a este cenário, a oposição foi obrigada a rever as estratégias partidárias e a erradicar certas ambições de indole pes-

soal, para acudir a uma situação que lhe era cada vez mais adversa e que poderia conduzir à desmobilização dos seus militantes, bem como ao desaparecimento de alguns partidos no período imediatamente a seguir às eleições.

Goradas várias tentativas a nível do Fórum Democrático — espaço de concertação de partidos políticos da oposição —, alguns dirigentes deram continuidade, por iniciativa particular, a um diálogo paciente para remover os obstáculos e impor a confiança. E foi na sede do Partido para a Democracia e Progresso (PDP), de Amine Saad, que nas últimas semanas os líderes de nove partidos se juntaram numa espécie de conclave para edificar o novo projecto unitário.

Na coligação conseguida destacam-se nomes como os do decano da política guineense, Rafael Barbosa, do ex-primeiro-ministro Vítor Saúde Maria, do médico Domingos Fernandes Gomes, líder do Movimento Bafatá, e de João da Costa, ex-ministro da Saúde, todos eles candidatos presidenciais que decidiram de-

sistir em favor do que obtiver maior consenso.

Entretanto, como desejam que a coligação seja ainda mais abrangente, optaram por tentar novos contactos com o Partido da Convergência Democrática (PCD) e com o Partido da Renovação Social (PRS), no intuito de conseguir a sua adesão ao projecto de unidade que Amine Saad diz que "vai obrigar o general Vieira a desistir". Contudo, os outros dois candidatos, o empresário Carlos Domingos Gomes, apoiado pelo PCD, e Kumba Yalá, líder do PRS, ainda não disseram a última palavra sobre o consenso necessário à volta da questão presidencial.

Na perspectiva de Saad, a nova postura da oposição, para além das vantagens políticas implícitas, vai ajudar a resolver o problema do financiamento da actividade partidária, "porque esta coligação inspira confiança". E agora é só esperar que as presidenciais e as legislativas sejam marcadas para daqui a dois meses, pois, se não se realizarem antes das grandes chuvas do Verão, terão de ficar para finais do ano. ■

António Soares Lopes.
em Bissau

África do Sul suspensa do resultado da cimeira entre De Klerk, Mandela e os chefes zulus

Uma coroa para Zwelithini

Jorge Heitor*

O ANC tentou seduzir o rei dos zulus e afastá-lo do seu tio Buthelesi, como forma de pacificar a África do Sul. Se o conseguiu ou não só agora se irá saber, depois de vir a público todo o resultado da cimeira quadripartida que ontem ao princípio da noite ainda decorria no Parque Nacional Kruger, que faz fronteira com Moçambique.

O Congresso Nacional Africano (ANC) propôs ontem ao rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, reconhecer-lo como monarca constitucional do Kwazulu/Natal e fazê-lo, se assim o desejar, coroar pelo presidente do

Tribunal Constitucional da África do Sul, no que seria um autêntico ovo de Colombo para resolver uma das principais crises que o país atravessa.

A proposta de coroação do rei pelas autoridades da República está contida num projecto de acordo entre o ANC e a casa real do Kwazulu, conhecido na altura em que na região de Sukuza, no Parque Nacional Kruger, decorria ontem ao fim da tarde a cimeira quadripartida que poderia ser decisiva para o bom desenrolar das eleições de 26 a 28 deste mês.

Antes de ambos se reunirem com o Presidente Frederik de Klerk e com o líder do partido Inkatha, Mangosuthu Buthelesi, o soberano e o líder do ANC, Nelson Mandela, conferenciaram durante mais de quatro horas, tendo transcendido nos meios políticos que o mais popular político do país estava a tentar seduzir o descendente de Shaka.

Goodwill Zwelithini Zulu Kabhekuzulu começou a reunião com a exigência de que Mandela se distanciasse do abate de oito súbditos seus

junto à sede do ANC, em Joanesburgo, durante um desfile efectuado no dia 28 de Março.

"Enquanto e a não ser que se distancie pessoalmente do derrame do sangue inocente do povo do meu pai, levando à condenação dos que são culpados deste crime, o nosso diálogo permanecerá difícil, se não mesmo impossível", disse o soberano a Mandela, na sua linguagem majestática, própria de uma pessoa que se considera a imagem viva de uma História gloriosa.

A importância da tradição

A fim de se explicar e de tentar ultrapassar a má-vontade de Goodwill, o líder do ANC necessitou de mais do dobro do tempo inicialmente previsto para o seu encontro com um homem que diz representar milhões de zulus, a mais numerosa das diversas etnias sul-africanas.

Segundo os observadores, a grande cartada de Mandela era ir ao encontro da vaidade real e explicar ao

seu interlocutor que só tem a perder se continuar afecto às atitudes radicais de Buthelesi, de quem é sobrinho e pelo qual tem sido muitas vezes utilizado para satisfazer as ambições de poder.

Entende o ANC que a província do Kwazulu/Natal, uma das nove em que a África do Sul passa a estar dividida, poderá muito bem ser considerada uma monarquia constitucional, tal como depois de o Uganda se haver tornado uma República nele continuou a existir o tradicional reino de Buganda. E é sabido que no próprio Gana, um dos países africanos com mais anos de independência, ainda hoje continua a existir o velho reino de Ashanti.

O reconhecimento das autoridades tradicionais, com linhagens que se têm perpetuado ao longo dos séculos, é hoje em dia o segredo de uma boa administração nas jovens repúblicas africanas saídas das fronteiras coloniais, tendo-se malogrado todas as tentativas de as ignorar, desde a Guiné-Bissau a Moçambique,

Continua na pág. 4

'Afrikaners': um povo insubmisso

ANTÔNIO
DE FIGUEIREDO*

AS NAÇÕES e os impérios não se fazem segundo um plano — emergem e desenvolvem-se conforme as condições e as circunstâncias. Isto aplica-se particularmente a Portugal, que tendo-se lançado na procura da rota marítima para a Índia veio mais tarde a criar um segundo império no Brasil, do lado quase oposto do mundo, acabando a longa aventura de expansão ultramarina com as antigas «províncias», de vários tamanhos e feitios, as maiores das quais na África Austral.

Um consagrado observador da política sul-africana, Allister Sparks, antigo editor do «Rand Daily Mail» e prémio Pulitzer por reportagens sobre a agitada evolução política no Sul de África,

chega mesmo a comentar num dos seus livros: «A história da África do Sul dependeu, literalmente, dos ventos. Se os portugueses tivessem decidido ficar no Cabo, o povo 'afrikaner' — e a ideologia do 'apartheid' que concebeu — talvez nunca tivesse existido. Uma mineralmente rica República da Boa Esperança talvez tivesse evoluído para outro Brasil, uma sociedade notável pelo seu grau de integração racial, e não como símbolo mundial de segregação racista». Sparks referia-se aos tormentosos ventos que obrigaram as frágeis frotas de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama a procurar portos mais abrigados no Norte de Moçambique.

Mas, no errático e longo percurso da história da expansão portuguesa, que actualmente prossegue no fac-

EXPRESSO, 9.4.93

to de a África do Sul acabar por vir a ser um dos países com maior número de imigrantes portugueses, sucessivas gerações de famílias portuguesas vieram a ser colhidas pelas malhas capriciosas da evolução política. Tal como a da maioria negra, a legitimidade dos seus direitos é fundamentada nos casos da história e da biologia.

Minoria pouco estudada

Eu próprio, depois de meia vida dedicada à luta contra o regime nacional-colonialista de Salazar/Caetano — e, por extensão, publicamente associado, em Londres, ao movimento, revistas e jornais anti-«apartheid», no protesto contra a «Unholy Alliance», formada pelo entendimento entre Pretória e Lisboa —, ainda hoje não me

consigo libertar das malhas que o império teceu. Quando, depois do 25 de Abril, pensava retirar-me de actividades político-partidárias e aproveitar o conhecimento acumulado no jornalismo, entendido como o primeiro rascunho da história, eis que tenho conhecimento do casamento da minha única filha, educada na África do Sul, com um jovem «afrikaner». Não podendo obter visto, por ser considerado «prohibited-immigrant» pelo regime do «apartheid», só quando já tinha três netos luso-«afrikaners» pude obtê-los, embora temporários e claramente marcados pela restrição de «não [me] envolver em actividades jornalísticas durante ou depois da visita». O «apartheid»,

Continua na pág. 5

Continuação da pág. 3

Uma coroa para Zwelithini

passando pelos barões de Cabinda.

Foi decerto tendo isso em conta que o rei ontem começou por falar duro a Mandela, quando lhe disse não existirem palavras para expressar o horror da «chacina do povo de seu pai que se manifestava pacificamente pela restauração do Reino do Kwazulu». Mas o líder do ANC logo o teria amansado um pouco ao propor reconhecê-lo como «monarca dotado de poderes constitucionais, de prerrogativas, de direitos e de obrigações», em toda a área do antigo Natal.

O antigo bantustão Kwazulu, tal como existiu durante o tempo do «apartheid», era constituído por uma série de pedaços de terreno para negros dispersos pelo conjunto do Natal, a Sul de Moçambique. Mas agora deixa de haver destriça entre zonas brancas e negras, passando todo o conjunto a poder ser considerado ao mesmo tempo uma província sul-africana e uma monarquia constitucional, habitada basicamente por zulus, indianos e brancos de língua inglesa.

Segundo a proposta do ANC ontem conhecida, «Sua

Majestade o Rei e a casa real obterão e gozarão o estatuto próprio da sua linhagem», o que tanto poderá servir para Goodwill propriamente dito como para seu tio Buthelezi, que de modo algum aceitaria agora remeter-se a um papel apagado, de simples dirigente de um partido menor.

Poderes protocolares

O rei ou as pessoas que ele escolher exercerão os poderes protocolares e tradicionais que vierem a ser especificados na Constituição própria do Kwazulu/Natal, enquanto o poder real estará nas mãos da assembleia regional a ser eleita e que, segundo as sondagens, deverá ser dominada pelo ANC e pelo Partido Nacional.

Mesmo que o Inkatha ainda mudasse de opinião e apresentasse candidatos, não é considerado credível que ganhasse as eleições, nem naquela nem em nenhuma outra província. A nível nacional o partido de Buthelezi representa menos de 10 por cento da população sul-africana, quota que no Kwazulu/Natal poderá eventualmente ir a 30 por cento.

Assim, sem qualquer hipótese de elevado protagonismo político a nível central ou regional, a Mangosuthu Buthelezi só restará nos próximos anos a saída de puxar pelos seus galões de príncipe da casa real do Kwazulu e de compartilhar com o soberano uma série de funções tradicionais, como a inauguração de obras públicas ou a assistência a festivais. A exemplo dos príncipes de Gales ou dos duques de York.

Ao princípio da noite de ontem (na África do Sul, com hora agora idêntica à de Lisboa, anoitece muito mais cedo), enquanto uma grande tempestade desabava sobre o Transvaal, com queda de granizo, o país estava suspenso do resultado da grande cimeira de Shukuzi.

Para além do bloco noticioso das 20 horas, o principal do dia, a televisão reservara um «especial» para as 22 horas, altura em que contava poder transmitir a luz verde que eventualmente viesse do Parque Nacional Kruger para um acto eleitoral sem grandes perturbações.

Entretanto, ao começar a reunião com Mandela, ainda

durante a manhã, o rei referira-se à entrada de alguns milhares de soldados sul-africanos no Kwazulu/Natal, ao abrigo do estado de emergência, como «uma agressão estrangeira, uma invasão». Mas era de crer que a presença militar não viesse a ser reforçada durante as próximas semanas se acaso do acampamento de Shukuzi saísse fumo branco para a grande reconciliação nacional entre os monárquicos e as forças maioritárias da África do Sul.

Por outro lado, do resultado da cimeira de ontem vão agora depender os esforços de diplomacia internacional que Henry Kissinger e Lord Arrington estão dispostos a efectuar durante os próximos dias para que o essencial possa ser salvo, no processo democratizador sul-africano.

Se a cimeira não resultasse e se a mediação se tornasse extremamente difícil, a África do Sul teria a recear centenas de mortos durante as semanas que antecedem a contagem dos votos e logo após a divulgação dos resultados.

*com Steven Lang, em Joanesburgo

Continuação da pág. 4

'Afrikaners': um povo insubmisso

pelo menos, era claro em tudo.

Mas foi graças às visitas periódicas a casa de minha filha e dos meus netos luso-afrikaners que vim a adquirir um conhecimento relativamente íntimo da vida sul-africana, acrescido dos termos de comparação com a sociedade portuguesa e outras, incluindo a inglesa, em que tem decorrido a minha atribulada vida. E, curiosamente, enquanto sobre a maioria negra os «media» tudo têm revelado, os «afrikaners» são a minoria menos estudada.

Residindo a minha família descendente em Norkem Park, uma das inúmeras minicidades da área industrial do Rand, a rotina diária dos brancos pareceu-me inicialmente ser uma visão do futuro. A casa era espaçosa, como as da classe média branca sul-africana, mas contida entre altos muros e portões de ferro e rodeada de dispositivos de prevenção electrónica. De manhã, seguia-se por uma auto-estrada, protegida pelo próprio denso tráfego automóvel, e, ao chegar-se ao serviço, entrava-se para uma garagem subterrânea, onde se deixava o carro para tomar o elevador para o escritório, normalmente apetrechado de cantina para chás e refeições. Assim se evitava o contacto público no centro de Joanesburgo, sempre susceptível de surpresas e riscos. E mesmo quando me aventurava a ir de táxi a encontros no Carlton ou noutros hotéis, logo os porteiros negros, solitamente, me avisavam que não era recomendável fazer percursos a pé até às lojas das vizinhanças.

Sistema perpetua-se adiando o inevitável

Este estilo de vida tem-se generalizado por todas as grandes cidades do mundo industrializado, onde a expansão metropolitana já chegou aos subúrbios residenciais ou «dormitórios», enquanto os centros (como Hillbrow) saltam da exclusividade para a multiracialidade. Mas foi só quando visitei o Krueger Park, onde os visitantes se deslocam de automóvel entre uma rede de acampamentos-centros comerciais a dezenas de quilómetros de distância uns dos

outros, sem correr o perigo de contacto com a fauna potencialmente agressiva, que me apercebi da semelhança ao estilo de vida gerado pelo infâmico sistema do «apartheid». E, significativamente também, nas últimas visitas notei uma crescente proporção de visitantes negros entre os turistas internacionais. Na prática, a diluição do «apartheid» antecipou-se à revolução constitucional.

Estando os meus netos em escolas «afrikaners», a comunicação entre nós, tal como, regra geral, no contacto luso-afrikaner, dá-se em inglês. E foi através das suas espontâneas observações que me apercebi não só do efeito negativo do «apartheid» sobre as crianças como da forma como tal artificialidade política criava o seu próprio amaldiçoado dilema. Ouvindo os adultos e vendo a profusão de armas em casa, o meu neto mais velho contava-me como as brincadeiras de «cow-boys» e índios se davam numa versão de «brancos e negros». Anos mais tarde, notavam-se curiosas mudanças de atitude.

O meu neto do meio, convencido da universalidade do sistema, perguntava-me como era o «apartheid» em Portugal e na CEE. Mas o mais novo, ainda bebé, tinha uma camisola com o seu «superstar» favorito, o afro-americano Mr. Dee, e era o que melhor se ia apercebendo de que a humanidade é, afinal, multicolor. Mas, dramático dilema, o sistema transmitia-se e perpetuava-se de geração em geração, adiando indefinidamente o confronto com a realidade insofismável do determinismo demográfico, desde já à taxa de seis negros para cada branco supremacista. Além de que, entretanto, já se ia tornando inoperável e economicamente prejudicial, ampliando os efeitos da recessão mundial e do desemprego.

Perante tal dilema, o amor pelos netos de novo me levou a abandonar a semi-reforma, a envolver-me em política e a estudar, de uma perspectiva portuguesa, esta minoria «afrikaner», que será, a seguir à judaica, a mais rica e igualmente engenhosa, até ao ponto de também possuir a bomba atómica.

O que posso dizer é que esqueçam a imagem que têm, necessariamente em terceira mão, sobre os «afrikaners», que é a mais difundida pelos euro-americanos que dominam os «media» internacionais. E, dadas as históricas afinidades luso-afrikaners — que foram particularmente emotivas há pouco mais de um século, quando, a seguir ao ultimato de 1890, o imperialismo britânico, com duas guerras anglo-boers, fez do insubmisso povo «afrikaner» os grandes heróis do liberalismo na viragem para o século XX —, nós, portugueses, temos, como poucos, boas razões para os compreender. Alguns deles, aliás, refugiaram-se em Angola, e mesmo em Tomar, dos abusos da nossa velha aliada Inglaterra, então envolvida no projecto do império do Cabo ao Cairo.

Tal como os judeus, os grandes mestres da sobrevivência, as culturas «afrikaner» e portuguesa partilham características comuns que, no conjunto, se podem definir como sintomas sociológicos do instinto de autopreservação etnocultural. Tal como os judeus, que temem a extinção pela assimilação, ou os portugueses, que a temiam pela anexação espanhola, os «afrikaners», ainda com maior lógica, temem o domínio ou absorção pela maioria negra. No plano religioso, também os mais ortodoxos «afrikaners» crêem ser o «povo eleito» — nós, portugueses, mais modestamente, contentávamo-nos com a «missão civilizadora», sendo mais abertos à ideia da miscigenação até porque esta, afinal, ocorreria no distante e disperso império, sem nos fazer grande massa. E o facto é que devem ter sido algumas destas afinidades que levaram Erasmo a chamar-nos «uma raça de judeus».

Em luta constante pela sobrevivência

Destes três pequenos mas distintos povos, seríamos nós, portugueses, cujo instinto de sobrevivência nos levava a descobrir e a construir um império, e a pagar um elevado preço pela aliança com a Inglaterra, que nos saímos relativamente melhor com o nosso «Israel» na faixa costeira da Pe-

nínsula Ibérica, legitimado por séculos de independência e agora consagrado com a integração lado a lado com supostos inimigos e aliados, na UE. Mas os outros ainda não.

Os melhores dos judeus tudo tentam para evitar que, dos guetos da perseguição milenária, Israel se veja, no dealbar do século XXI, como uma nação-gueto cercada num contexto geográfico hostil. Os melhores dos «afrikaners» tentam colher das cinzas do «apartheid» a racionalidade que o próprio Bertrand Russell, num ensaio de 1950, lhe reconheceu, quando, depois de admitir a superioridade moral e natural da miscigenação ou da coexistência, comentou: «... por outro lado, onde duas nações têm diferentes padrões de vida, é sensato mantê-las separadas... enquanto ao mesmo tempo fazer tudo para melhorar o nível de vida da nação mais atrasada... sem diminuir o nível da nação mais próspera».

Muitos discutirão a validade do conceito ou a altura em que foi ultrapassado. Mas o facto é que a altura chegou, e que os melhores dos «afrikaners» se renderam à evidência a tempo de evitar renderem-se à força. Com um surpreendente sentido de modernidade, os melhores deles procuram juntamente com o ANC, e os melhores dos negros, construir uma nova nação que, no futuro previsível do novo milénio, possa ser apontada como um símbolo de reconciliação e coexistência democrática multirracial e o dinamismo do arranque económico e social na África Austral. Como todas as novas nações ou indivíduos, está a nascer em ansiedade e dor. Mas os melhores dos portugueses, que ainda há pouco viraram as páginas do colonialismo, cientes do facto de que se não podemos corrigir os erros do passado podemos ao menos evitar passá-los aos nossos filhos e netos, temos o dever de solidariedade de usar a nossa influência como membros da UE em cooperar no histórico empreendimento para uma autêntica e próspera democracia multirracial.

Eu não sou o único português que tem um interesse investido no êxito.

**Jornalista e historiador*

Muita conversa para nada

PÚBLICO, 10.4.94

À PRIMEIRA vista, nada de novo resultou da longa cimeira que o Presidente De Klerk e Nelson Mandela tiveram na sexta-feira com o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, e com o chefe do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, num acampamento do Parque Nacional Kruger, junto à fronteira da região do Transvaal com o território de Moçambique.

O soberano tradicional da nação zulu e o seu tio e mentor não aceitaram retirar todas as reservas que têm posto às eleições gerais de 26 a 28 deste mês, apesar de o Presidente da República e o ANC haverem oferecido ao rei a possibilidade de ser o monarca constitucional da província do Kwazulu/Natal, devidamente reconhecido pelas autoridades centrais da África do Sul.

No entanto, foi dito que ainda haverá durante esta semana novas conversações, a nível de um grupo de trabalho, sobre o papel do rei dos zulus no futuro sul-africano.

Ou seja, tudo continua em aberto neste processo em que o país está a passar de um regime de monopólio do poder pelos brancos para um sistema de partilha das responsabilidades administrativas por todos os sectores que compõem a vasta e complexa República.

O Governo de Frederik de Klerk e o ANC tudo têm feito no sentido de ir ao encontro das pretensões do rei que diz representar perto de oito milhões e meio de zulus (mais de um quinto da população total da África do Sul) e do político que a ele se mantém colado, mas que não consegue de modo algum a simpatia da maioria desses mesmos zulus.

Buthelezi emagrece

"Eles estão a emagrecer cada vez mais porque não querem comer", comentou ontem De Klerk, a propósito da perda de popularidade de Mangosuthu Buthelezi e do Inkatha,

desde que decidiram boicotar as primeiras eleições livres abertas a todos os sul-africanos.

Perto de 23 milhões de cidadãos têm potencialmente direito a voto, mas é de admitir que pelo menos um terço se abstenha de ir às urnas, uns por desconhecêrem quase em absoluto o que significa esta prática política, outros por terem receio da violência que poderá haver na data das eleições e terceiros por efectivamente estarem contra o novo arranjo constitucional.

Ora, a jogada de Buthelezi, que em termos normais não conseguiria mais de nove por cento dos votos a nível nacional e de 25 ou 27 por cento dos votos no Kwazulu/Natal, poderá muito bem ser apresentada como votos a seu favor as abstenções, para depois dizer que na verdade conta com as simpatias de um bom naco da população.

Ontem, o político que mais está a prejudicar um vasto consenso que poderia beneficiar a quase totalidade

dos sul-africanos afirmou que poderá haver novos surtos de violência no Kwazulu/Natal por não se ter saído com resultados concretos da cimeira de sexta-feira.

Autêntico profeta da desgraça, Buthelezi disse nunca ter visto a cólera a um nível tão elevado como o actual, dando a entender que rios de sangue poderão correr até ao fim do mês, por as autoridades não quererem adiar as eleições nem conceder mais prerrogativas à administração regional daquela província, onde os habitantes são essencialmente zulus, indianos e brancos de língua inglesa.

Os dois ou três milhões de zulus que eventualmente simpatizam com o líder do Inkatha e os seus mais extremistas a eles associados poderão representar um enorme potencial de crise numa África do Sul que o Presidente De Klerk e Nelson Mandela querem encaminhar sem grandes sobresaltos para o século XXI. ■ J.M.

Mandela no 'requiem' por Hani

PÚBLICO, 11.4.94

O PRESIDENTE do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, prestou ontem homenagem ao papel da Igreja Católica na África do Sul, durante uma missa de "requiem", no primeiro aniversário do assassinio do secretário-geral do Partido Comunista, Chris Hani, por um imigrante polaco associado a dirigentes do Partido Conservador.

Para a cerimónia, onde se cantou em inglês, zulu e Xhosa, milhares de pessoas afluíram à igreja de São Francisco de Assis, no bairro mestiço de Reiger Park, que pertence ao município essencialmente branco de Boksburg, onde residia o negro Hani, a leste de Joanesburgo.

Um sacerdote irlandês, Stan Brennan, disse que o assassinio daquele dirigente comunista, que também chefiara a ala militar do ANC, foi "um dos dias mais negros do movi-

mento libertador e até mesmo de toda a nação".

Por seu turno, Mandela afirmou que a Igreja Católica foi uma das mais poderosas forças de mudança, mas que "todos os credos, cristãos, hindus, muçulmanos, judeus, deram um sólido contributo para a luta pela democracia" na África do Sul.

Entretanto, a Força de Defesa (nome oficial das Forças Armadas sul-africanas) barrara o caminho a uns 50 militantes do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB) que se dirigiam para o cemitério onde está Chris Hani, pois receava-se que fossem causar distúrbios.

Os militares da África do Sul, na sua maioria, pelo menos os que se mantêm no activo, têm-se manifestado prontos a defender a ordem tal como é entendida pelo Presidente De Klerk e por Mandela, não facilitando as aventuras de grupos mais polémicos, como é o caso do Partido Inkatha, do Partido Conservador e do AWB.

Só com a sua ajuda é que será possível que de 26 a 28 deste mês mais de 13 milhões de cidadãos sul-africanos de todas as etnias afluam às urnas e elejam uma Assembleia Nacional, bem como novas assembleias regionais. ■

Eleições em Outubro

PÚBLICO, 12.4.94

DE PASSAGEM por Lisboa, D. Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira e mediano nas negociações de paz entre a Frelimo e a Renamo, defendeu, em declarações ao PÚBLICO, a ideia de que as primeiras eleições presidenciais e legislativas de Moçambique têm de ser mesmo em Outubro deste ano, conforme está previsto, sob pena de se adiar a reconstrução do país.

PÚBLICO — Não há riscos em manter a data das eleições?

D. JAIME GONÇALVES — Riscos há, sobretudo pela falta de preparação técnica das eleições. O registo dos eleitores não está começado e não se consegue completar perfeitamente até lá. Até que ponto poderemos atingir todas as aldeias? Temos vias de acesso? Pode haver até problemas de identificação. Muitos arquivos foram destruídos pela guerra e para votar é preciso ter bilhete de identidade. Que funcionários temos nós para emitir bilhetes de identidade a todas essas pessoas e com que critérios? Quem não tiver bilhete de identidade não vota, e muitos não o têm. Então, quer dizer que uns tantos não vão votar.

Mas é preciso que as eleições sejam feitas em Outubro. Passarmos dois anos ou três com governo provisório também não favorece. Ninguém pede contas ao Governo, nem a Assembleia nem ninguém. Nem temos instrumentos jurídicos para isso. Dois ou três anos nesta situação também atrasam a reconstrução nacional. O ideal seria que se pudesse reduzir ao mínimo os problemas de carácter técnico.

P. — Está optimista ou pensa que há riscos semelhantes aos de Angola?

R. — O que é importante é que, na altura das eleições, as Nações Unidas têm de ser uma organização forte e eficaz no país e não reduzir a sua força a um grupo de observadores das eleições. Sem as Nações Unidas, todas as partes vão fazer desordens — pelo menos, a tentação será muito grande. Alguns dizem que, em Angola, foi o que aconteceu: a força das Nações Unidas era muito fraca. Não quereríamos repetir uma tal história. Se quiserem três anos, até quatro, está bem. Mas que estejam lá as Nações Unidas, de facto, como a organização que controla o país. ■

António Marujo

Kissinger chega hoje

O ANTIGO secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, Lord Carrington e mais cinco personalidades internacionais chegam hoje à África do Sul, a fim de tentar uma mediação entre os que defendem as eleições no fim deste mês e os que preferem o seu adiamento.

Juízes e académicos da Índia, Estados Unidos, Alemanha, Itália e Canadá acompanham Kissinger e o antigo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros na difícil tarefa de conciliar as posições do Governo e do ANC com as do partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi. Este pretende o adiamento das eleições gerais, se não em todo o país, pelo menos na província do Kwazulu-Natal.

O Congresso Pan-Africano (PAC), da extrema-esquerda, apareceu ontem a dizer que não se opõe a um eventual adiamento das eleições. Eleva-se, assim, a cerca de um quinto da sociedade sul-africana o número daqueles que prefeririam — ou, pelo menos, não se importariam de — votar mais tarde.

No entanto, diversos observadores notam que haveria muito mais violência com o adiamento do que com a confirmação do calendário actual, pois que as bases do ANC não se conformariam de forma alguma com o protelamento da chegada daquele partido ao poder, após mais de 80 anos de combate à administração branca.

Os trabalhos dos medianeiros sobre as divergências constitucionais que opõem o Inkatha e os seus amigos da extre-

PÚBLICO, 12.4.94

ma-direita boer à grande maioria do país, constituída pelos que simpatizam com o ANC ou com o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, principiam amanhã, num local ainda secreto, por questões de segurança. A mediação durará no máximo duas semanas, ou seja, até à data prevista para as eleições em que cerca de 23 milhões de cidadãos são chamados a escolher uma Assembleia Nacional e nove assembleias regionais, esclareceu o Consultive Business Movement, associação de empresários que assegura o secretariado dos visitantes.

Desde que, de facto, as eleições sejam na data marcada, de 26 a 28 de Abril, o novo Presidente da África do Sul deve ser escolhido no dia 6 de Maio, pelos 400 deputados que delas saírem e dos quais mais de 200 serão muito possivelmente do ANC, ficando cerca de 80 para o Partido Nacional, que desde 1948 tem mantido o monopólio da governação.

O Presidente, que todos creem que venha a ser Nelson Mandela, deverá tomar posse no dia 10 de Maio, em Pretória, na presença de numerosos chefes de Estado, incluindo, em princípio, o português, Mário Soares. Entre 6 e 10 do próximo mês haverá uma série de cerimónias, de natureza essencialmente religiosa, para que os diversos credos existentes na África do Sul se congratulem com o triunfo da democratização.

Steven Lang,
em Joanesburgo

Malogrou-se a mediação estrangeira

OS MEDIADORES estrangeiros cancelaram ontem a sua missão de paz na África do Sul, depois de um conflito entre os dirigentes políticos do país sobre a data de 26 a 28 de Abril para as primeiras eleições multirraciais.

"O facto de a missão se ter malogrado enche-me de tristeza", disse o antigo ministro britânico Lord Carrington, que, com o norte-americano Henry Kissinger e mais algumas personalidades de diversos continentes, procurava um consenso para que todas as forças políticas aceitassem ir às eleições.

O secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, lamentou o malogro da tão desejada mediação e atribuiu as culpas ao Inkatha, que não quer ir às urnas por insistir numa maior autonomia para a província de Kwazulu-Natal, uma das nove que de ora em diante passam a constituir a África do Sul.

O partido de Mangosuthu Buthelezi não aceitou os mediadores porque o ANC e o Governo insistiam de antemão em que não poderia haver qualquer compromisso quanto à data das eleições. Ou seja, que estas teriam de ser mesmo no fim de Abril e não mais tarde.

Lord Carrington disse que deixava imediatamente o país, sem desejar culpar ninguém em especial pelo malogro de mais esta tentativa de se chegar a um vasto consenso.

Por seu turno, o antigo secretário de Estado norte-americano, Kissinger, explicou que os mediadores não tencionavam de forma

PÚBLICO, 15.4.94

alguma envolver-se na polémica quanto à data das eleições, antes estando prontos para tentar apalpar outras divergências existentes, designadamente quanto aos poderes que a Constituição confere às autoridades regionais.

"Todos acreditamos que estas eleições são um dos acontecimentos mais importantes do nosso tempo", sublinhou ainda Henry Kissinger, ao manifestar a esperança de que possa haver uma transição pacífica para uma África do Sul plenamente independente e democrática.

Revolta no Lesoto

Enquanto isto, no Lesoto, que é um pequeno reino montanhoso de 1,8 milhões de habitantes, rodeado por território sul-africano, soldados amotinados abateram a tiro o vice-primeiro-ministro, Selometsi Baholo, conforme informação prestada por diplomatas ocidentais acreditados em Maseru.

O Governo local disse que os soldados levaram quatro outros ministros para o quartel de Makonyane, em mais um episódio do mal-estar militar que já em Janeiro levava a alguns dias de incidentes.

Para o primeiro-ministro, Ntsu Mokhele, foi mesmo uma intencional, pelo que pediu a intervenção da África do Sul, na qual o Lesoto tende a integrar-se, dada a enorme dependência económica em relação ao grande vizinho que o cerca por todos os lados.

Eleições já têm data

PÚBLICO, 13.4.94

AS PRIMEIRAS eleições democráticas moçambicanas foram marcadas para os dias 27 e 28 de Outubro, segundo um decreto presidencial divulgado ontem em Maputo.

As datas da realização das presidenciais e legislativas foram propostas ao Presidente da República pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) na semana passada e posteriormente discutidas num encontro entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, na sexta-feira. Na reunião, que decorreu à porta fechada, em Maputo, o chefe de Estado e o líder da Renamo concordaram que a consulta eleitoral se realize nas datas propostas pela CNE, mesmo que o processo de treino do futuro exército unificado não esteja totalmente terminado até lá.

Esta posição já fora ante-

riormente defendida pelo representante do secretário-geral da ONU em Moçambique, o italiano Aldo Ajello. Para o responsável da Onumoz, o fundamental é assegurar que até às eleições esteja concluída a desmobilização das forças do Governo e da Renamo, e que todos os efectivos a integrar o futuro exército apartidário se encontrem nos centros de treino.

Os atrasos verificados no início da preparação dos 15 batalhões de infantaria vinham levantando sérias dúvidas sobre a possibilidade das eleições se realizarem em Outubro. Até ao momento, só estão em curso os treinos de fuzileiros navais e das forças especiais, ambos a cargo de instrutores portugueses. O treino da infantaria, que já deve ter-se iniciado, será ministrado por militares britânicos.

Na reunião de sexta-feira, Chissano e Dhlakama também procederam à avaliação dos processos de acantonamento e desmobilização dos ex-beligerantes, decorrendo por todo o país.

Falando aos jornalistas no final do encontro, Joaquim Chissano declarou: "Estamos satisfeitos, embora precisemos de intensificar a desmobilização, isto do lado da Renamo, e o acantonamento das tropas, por parte do Governo".

Investigação sobre grupos armados

Os líderes da Frelimo e da Renamo passaram também em revista a situação criada pela existência em Moçambique de dois grupos armados, contra o estipulado aos acordos de Roma. As duas partes concordaram em levar a cabo "uma investigação mais eficaz" sobre as actividades de um batalhão de

Pioneiros malawianos e do movimento secessionista Rombézia, ambos actualmente em parte incerta na província da Zambézia.

O decreto presidencial confirmando a efectivação das eleições em Outubro veio tranquilizar a comunidade doadora internacional, que há muito vem manifestando oposição a qualquer adiamento da consulta eleitoral. O assessor especial de Butros-Ghali, Ismat Kitani, que na semana passada esteve em visita de trabalho a Moçambique, manifestou a preocupação das Nações Unidas face aos atrasos que se verificam no processo de paz, com particular incidência na componente eleitoral. E quer a ONU quer os Estados Unidos manifestaram-se já indispostos a protelar o mandato da Onumoz.

João Pinto de Sá,
em Maputo

Os portugueses na contagem decrescente para as eleições sul-africanas

O medo cresce em Joanesburgo

Do nosso enviado
Rui Cardoso Martins,
em Joanesburgo

A hora aproxima-se, o receio cresce. Em Joanesburgo, a grande metrópole sul-africana, onde a violência urbana aumenta dia a dia, espera-se que a batalha política não derrape dramaticamente para o conflito armado. Pela primeira vez os portugueses são chamados a mexer-se e "a assinar uma cruz de roto". E logo para uma mudança que pode ser radical. Uns ficaram, outros roam para Portugal.

A hora em que as vendedoras negras começam o turno da tarde do seu negócio frente à sede do Congresso Nacional Africano — uns pratinhos com cebolas, peras e bananas alinhados no cosmopolita passeio do centro de Joanesburgo, no sítio exacto em que dezenas de manifestantes zulus caíram mortos há dias — algumas travessas de feijoadas à portuguesa esvaziam-se nas mesas do Grupo Folclórico Terras do Norte.

O Grupo Folclórico Terras do Norte fica num arrabalde a sul da grande cidade, como a maior parte das casas dos milhares de portugueses em Joanesburgo, e está hoje a festejar o seu aniversário. Mas o "apartheid" — está oficialmente extinto, o dia das eleições livres aproxima-se, ninguém sabe ainda para que bom ou mau destino, as vendedoras negras vendem onde dantes só pisavam os pés branquinhos, a política e a insegurança saltam de todas as ruas e de todas as bocas e esta festa dos portugueses acabará com amargura.

"Cada vez sedes [sic] menos, tendes que dançar por dois", pede o cantor, em voz tremida, aos rapazes e raparigas que bailam e suam nos fatos minhotos, uns que namoram entre si — filhos de portugueses para filhos de portugueses, como os pais gostam — e outros que ainda não têm idade para isso. Dançam o vira "Hei-de cantar, hei-de rir, hei-de mandar a tristeza pro diabo que a leve".

Se o diabo meter de mais o dedo, o Terras do Norte pode nem atingir uma década: aos que já partiram para Portugal vão juntar-se muito em breve, por via aérea, dois dançadores, a cantora, que é a própria mulher do presidente do grupo folclórico, o ensaiador, que é o filho do mesmo presidente e, talvez — ainda não decidiu que acorde vai tocar —, o acordeonista, um dos melhores do folclore português na África do Sul.

Orgulhosamente só

Assim, em termos de família, o presidente José Ferreira fica orgulhosamente só, numa cidade ainda cercada de guetos miseráveis de negros, como o Soweto, e de prósperos guetos para brancos, que progressivamente se têm afastado do centro. Uma Joanesburgo onde cresce o crime violento como crescem as montanhas de areia amarela — as lixeiras das minas de ouro — que se vêem a partir de quilómetros de distância como borbulhas que rebentaram na pele da metrópole.

Dedicado a um projecto cultural que se esboroa e ao seu negócio pessoal que tantos anos (uns 30, pelo menos) lhe levou de trabalho, José Ferreira não quer vir a perder tudo numa temida guerra civil.

A ver vai o presidente que, em desabafo, lembra como as mesas do almoço se enchiam ainda há poucos meses, mas que, quando fala ao microfone, se mostra corajoso: "As extremas dificuldades que se vivem neste país que nos acolhe não nos permitem fazer previsões para o futuro. Mas prometemos no Terras do Norte fazer todos os possíveis para manter viva a chama da cultura portuguesa na África do Sul."

Felizmente salta para o palco o cônsul português, que, além do treino que ganhou como sistemático convidado de honra das mais de duas dezenas e meia de associações portuguesas de Joanesburgo — peritas em guerrilhas umas com as outras —, é um optimista. "Estas eleições vão com certeza decorrer em grande segurança", diz João Brito Câmara,

PÚBLICO, 15.4.94

ra, lembrando que há milhares de observadores internacionais e que as forças armadas estão preparadas.

E brinca com todos aqueles que estão a encher as despensas de comida e água, pois isso só terá sentido porque nos dias das eleições — de 26 a 28 deste mês — "as lojas vão estar fechadas". E, termina o cônsul, "se as pessoas não puderem participar de outra maneira, pelo menos que votem. Porque a África do Sul também é nossa". Mas o que o cônsul não disse de negativo no palco vai confessá-lo à mesa.

Acredita que uma verdadeira debandada dos portugueses só será possível "se houver uma catástrofe muito grande" e que muitos do que partiram de férias para a Madeira, Continente ou Moçambique voltarão em paz para as suas lojas e para as seus empregos e indústrias de construção, se a crise económica e o desemprego galopantes no país o permitirem. Além disso, em Portugal também podem votar. Mas também que, apesar do fim da bizzarria do "desenvolvimento separado" entre as raças criada pelos africaners se ter processado com tempo e sem grandes saltos e de pensar que a nova geração de portugueses "estará perfeitamente integrada dentro de cinco a dez anos", há um "problema" de base a ensombrar o futuro: o tribalismo.

Os zulus, como o demonstra a recusa do partido Inkhata, de Mangosuthu Buthelesi, de participar nas eleições, não querem ser politicamente dominados pelos xhossas, a maioria da população e a base de uma possível vitória esmagadora do ANC, do Nelson Mandela. "Eles têm ligações ao chefe tribal e o chefe político é também o chefe religioso", diz João Brito Câmara, antropologicamente. "Cada membro de uma tribo acredita no espírito dos seus antepassados. Eles acreditam na lei dos espíritos como nós, os europeus, acreditamos na lei da física."

"Os pretos são pessoas como nós... talvez um pouco mais estúpidos." Alzira, de 21 anos, que está lá fora vestida de dama-de-noiva minhoto, diz isto, mas com cara de quem não está, verdadeiramente, a querer ofender ninguém. Talvez seja o receio de "as coisas darem para o torto" e de ter que ir para Portugal. Pois em que, como se sabe — ela comprovou-o em duas diferentes estadias —, "o que se ganha não dá para encher a geladeira". Ou talvez fosse empurrada pelo que diz a amiga Wendy, também filha de portugueses, orgulhosa e elegante dançadeira loura.

Ir e voltar ao bairro deles

Parte dos do grupo, alguns dos quais só arranham o português ou ríem e falam mesmo quase nada, juntou-se no passeio, onde de vez em quando passam negros. "A grande diferença é que se nós vamos lá para o bairro deles, eles matam-nos. E eles podem vir aqui, que nós não lhes fazemos mal nenhum." Nenhum contesta, o namorado de Wendy até susurra um "eles agem como uns animais", mas aqui parece que já se foi longe de mais.

Outra rapariga nega completamente e, confessa, desde que as escolas se abriram sem distinção a todas as raças, e que quem não tinha praticamente direito a educação passou a tê-la, ganhou bastantes amigos que não são brancos. Agora, quanto ao resto, lembra que todos eles tiveram de se habituar a viver numa cidade onde é muito perigoso sair à noite e onde insegurança significa que um simples assalto termina, com frequência, na morte.

Tempos houve, recentes, em que um negro na África do Sul não tinha que pensar muito, nem sequer tentar adivinhar o que é que ia fazer da sua vida. Tudo lhe estava predeterminado pela política racista do "apartheid", o "desenvolvimento separado" do último grande regime branco de África: onde nascia, onde podia viver, onde podia trabalhar, que elevador tinha que tomar ao entrar num prédio, com quem podia ter relações sexuais (proibidas entre raças diferentes) e, por último, em que cemitério seria enterrado.

Imagem negativa

Os portugueses adaptaram-se a este regime no sentido da mínima participação política, como todos admitem. Há, no entanto, várias histórias que guardam como exemplos da "moderação" lusitana numa África do Sul em que sempre foram olhados com desconfiança, tanto pela elite branca como pelas populações segregadas. Como a do industrial português que andou mais de ano e meio a pagar uma multa elevadíssima porque a polícia descobriu que ensinara um negro a trabalhar com uma serra mecânica.

"Realmente, os portugueses têm uma imagem negativa", confessa Manuel Moutinho, de 36 anos, empresário e presidente do recém-formado — e concorrente nas eleições — Partido Luso-Sul-

Continua na pág. 9

A via da destribalização

EXPRESSO, 16.4.93

EM JANEIRO, o general «Wambos», de etnia Ovimbundo e um dos militares de alta patente da UNITA mais fiéis a Jonas Savimbi, que havia permanecido sob «custódia» do Governo de Luanda durante mais de um ano, casou-se com «Lola» Cerqueira, uma jovem crioula de etnia Kimbundo, sobrinha do cardeal D. Alexandre do Nascimento. Quase três meses depois — e muito provavelmente mais por razões políticas —, a verdade é que, em vários círculos da opinião pública angolana, a «barreira psicológica» das tribos, que aparentemente separava o casal, continua a servir de alimento à mistificação do factor étnico nas relações entre os angolanos e como principal detonador do conflito armado entre o Governo e a UNITA.

O recomeço da «Terceira Guerra» em Angola, em Outubro de 1992, atizada pelo apego à defesa dos valores do povo Ovimbundo por Jonas Savimbi, surge, sem dúvida, como elemento propulsor do clima de crispação tribal entranhado na massa e no espírito de milhares de angolanos, de um e outro lado.

Para sustentar as suas reivindicações actuais, os «líderes» Ovimbundos mergulham as raízes das suas razões no facto de, nos últimos 16 anos de independência, terem sido sempre marginalizados pelo MPLA, dominado pelos Kim-

bundos. «Mesmo ao nível da cúpula do MPLA, o ingresso dos elementos do Sul não passou de uma operação cosmética», argumentam.

Se este quadro ajudou a cultivar, nas hostes da UNITA e principalmente em Jonas Savimbi, uma obsessiva «tentação de vingança», o seu regresso às cidades, depois da assinatura dos acordos de Bicesse, envolto num aparelho militarista e maquista desajustado da realidade, apenas acirrou, em certos meios citadinos, um sentimento anti-UNITA, que muitas vezes se confundia com um sentimento anti-Ovimbundo.

«O que está aqui em confronto são dois tipos de projectos de sociedade completamente distintos», contrapõe Inocêncio Fernandes, um estudante de História nascido no Leste de Angola. Para ele, se o projecto de sociedade do tipo ocidental defendido pelo MPLA não conseguiu eliminar o peso da carga tribal no privilegiamento dos Kimbundos, a «autenticidade» de uma sociedade rural basicamente africana proposta por Savimbi não pode encontrar eco numa sociedade em transformação, nem mesmo no seio dos quadros de origem Ovimbundo instalados nas cidades.

Para alguns estudiosos, o entrosamento, ao longo de muitos anos de colonização, de várias culturas, ao sedimentar uma atmosfera de inter-

relacionamento étnico pacífico entre os diversos povos de Angola, torna hoje inverosímil a pretensão da supremacia militar de uma tribo sobre outra. Por isso, sustentam que, contrariamente à maior parte dos países africanos, em Angola predomina «um fermento tribal muito especial».

Defendida sem disfarce pela UNITA e abraçada com subtilidade pelo MPLA, a bandeira do tribalismo acabaria, de resto, por ser rasgada em 1992, com o anúncio do resultado das primeiras eleições a subestimarem a força do chamado voto étnico. «Se a guerra contra o colonialismo permitiu esbater muitas das diferenças tribais que enformavam o movimento de libertação nacional, a independência ajudou a destribalizar ainda mais a mente dos angola-

nos», explica um sociólogo.

Seduzido, no entanto, com a pretensão de mobilizar em massa o povo Ovimbundo, Savimbi terá cometido um equívoco histórico e, ao não dar o devido valor à evolução da sociedade angolana, revelou que jamais esperava enfrentar um exército — as FAA — em que 60 por cento do seu efectivo, curiosamente, é originário do Sul do país.

Desilusão maior teria ainda quando, ao tentar tomar de assalto o Kuito, esbarrou com forte resistência dos seus próprios conterrâneos que, em definitivo, desmistificaram a lógica tribal como fundamento principal do conflito e afastaram o espectro de uma «ruandi-zação» do país.

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

Renamo troca bandeira

EXPRESSO, 16.4.93

A RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) adoptou uma nova bandeira, que foi apresentada oficialmente durante o congresso extraordinário do partido, realizado em Maringué, que ontem terminou. O recém-criado símbolo do partido liderado por Afonso Dhlakama introduz a figura da perdiz que, segundo António Peres, um consultor português que está a trabalhar na imagem da Renamo, «representa a coragem, a determinação, a inteligência e, acima de tudo, a liberdade, porque a perdiz africana não consegue viver em cativeiro», e insere-se numa estratégia de transição que visa «transformar o movimento guerrilheiro em partido político», preparando-o para as eleições de Outubro.

A bandeira da Renamo foi concebida em Portugal, num trabalho conjunto entre as empresas Documentos & Eventos-Comunicação e Imagem e a agência de publicidade Sobre-Tudo, incluindo também mudanças no posicionamento das três setas, que passam a estar na horizontal, o que, segundo António Peres, significa a passagem do movimento a uma «resistência pacífica». Este técnico de «marketing» trabalhou, anteriormente, nas campanhas autárquicas do PS para a área metropolitana do Porto, nomeadamente nas de Fernando Gomes e Narciso Miranda.

A divulgação do renovado símbolo da Renamo surge em vésperas da visita de Dhlakama a Portugal, que se realizará entre 21 e 25 deste mês. O presidente da Renamo já tem reuniões agendadas com o presidente da República, Mário Soares, o primeiro-ministro, Cavaco Silva, e os ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, Fernando Nogueira e Durão Barroso. Os grupos parlamentares do CDS e do PS também já acederam a manter reuniões com o líder da Renamo.

Continuação da pág. 8

‘O medo cresce em Joanesburgo

Africano (LUSAP), que se propõe entrar no parlamento nacional e regional como defensor dos interesses da comunidade lusófona. Terão que atingir a difícil meta de entre 30 mil e 50 mil votos e, à falta de estatísticas sérias sobre o número de portugueses — tido normalmente como de cerca de 600 mil pessoas na África do Sul, quando o último censo, de 1991, indicou apenas que cerca de 350 mil cidadãos falam português “dentro de casa” —, esperam conseguir também votantes entre, por exemplo, os eleitores de origem moçambicana.

Mas é um partido que, dizem muitos, apareceu sobretudo para baralhar a comunidade portuguesa. E, acusam outros, de objectivamente poder favorecer uma eventual maioria absoluta do ANC, em detrimento do Partido Nacionalista de Frederick de Klerk, que tem contado com o

apoio tácito de grande parte dos portugueses.

Manuel Moutinho e o vice-presidente do LUSAP, António de Gouveia, professor de Psicologia na Universidade do Soweto, respondem que chegou a hora de os portugueses assumirem também responsabilidades na política. “Se temos uma integração económica e social tão forte, e uma cultura tão forte, temos não só o direito, mas o dever de participar no processo político.”

Até que ponto, ver-se-á pelo índice de participação nas eleições. Diz um empresário em Joanesburgo, inconformado com o número de portugueses que estão a sair do país, que estes se comportaram como “galinhas” e que poderão sofrer “a vingança” dos vencedores: “Acha que está certo viver aqui e fugir? Isso não mostra que estão aqui simplesmente para ‘sacar’ à África do Sul?”

Uma questão de sorte

EXPRESSO, 16 4 93

MIGUEL CALADO LOPES
enviado à África do Sul

É UMA questão de sorte, como tudo na vida. Teve-a o ANC quando o apresentador da televisão atirou a moeda ao ar para ver quem, entre Nelson Mandela e F.W. de Klerk, seria o primeiro a falar no histórico debate televisivo da passada quinta-feira. Os três minutos iniciais pertenceram ao Presidente da África do Sul e a preciosa intervenção final ao presidente do Congresso Nacional Africano, como que a dizer que os últimos serão os primeiros, tal como indicam as sondagens (ver texto nesta página).

É preciso ter sorte neste país para não dar em doido com os boatos; para não entrar em «stress», como acontece com o crescente número de polícias que, invocando razões clínicas, entram em reforma antecipada; para não ser roubado na rua, raptado no campo, assaltado ou violado em plena auto-estrada. É preciso ter sorte para não ter entrado na lista das 552 pessoas que morreram em Março, vítimas de violência maioritariamente política, o que eleva a 4139 o número de assassinatos desde que as eleições foram anunciadas, em Julho de 1993, num total

de 13.614, desde Julho de 1990, segundo anunciou esta semana a Comissão dos Direitos Humanos. Sobretudo, é preciso ter sorte para não ter nascido negro, a quase totalidade das vítimas.

É claro que a sorte protege os audazes como reza a divisa, mas a audácia do comum dos mortais cinge-se, no seu limite ridículo, a trancar as portas do carro mesmo que se esteja no meio de uma herdade de 150 hectares, a cerca de 80 quilómetros de Joanesburgo, não vá um «preto» aparecer entre as ramadas de cenouras e de molhos de bróculos. É preciso ter sorte para se ser escolhido para um dia de trabalho entre o magote de gente que ocorre à chegada da camioneta, na esperança de embarcar para um dia de trabalho agrícola, pago a uma média de 400 escudos a jorna, na Nirvana Farm («um degrau abaixo do céu», como ele diz) do senhor Farinha, mais afrikaner que português.

Fuga de capitais

Mas é preciso ter a sorte de ver uma mulher sacar do peito, num gesto de ternura e provocação, e dar de mamar à filha num restaurante de quatro estrelas, num hotel de igual calibre, para ter a imagem de como as coisas mudaram na África do Sul e perceber que, para além do intenso debate político, o que realmente conta é a vida das gerações futuras da maioria negra, já que a minoria que a dominou

está sem saber o que há-de fazer.

«Tive sorte» disse ao EXPRESSO o major Welgemoed, um detective-chefe ao serviço da secção de combate ao crime comercial, com gabinete na sala do 608 do sexto piso da esquadra policial de Joanesburgo, no nº 1 da Commissioner Street. Levantou-se da sua secretária, abriu uma porta blindada onde estava um caixote de metal fechado a cadeado. Tirou de lá uma embalagem de massa italiana e um envelope aberto com a forma de um antiquado disco de 33 rotações. Na massa estavam escondidos cerca de 30 mil contos em dólares e no envelope, com indicação expressa de que se tratava de música para os ouvidos de um amigo londrino aniversariante, nada menos do que 600 Kruger rand. Ao preço a que o ouro está... qualquer coisa como 780 mil rands.

Gotas de água num oceano de biliões de rands que saem ilegalmente de um país onde empresas exportam barras de ouro pintadas de prata, e senhoras mais imaginativas escondem diamantes na pasta dos dentes. O South African Reserve Bank calculou em 3 biliões de rands, cerca de 150 milhões de contos, o total do dinheiro contrabandeado em 1993.

O detective Welgemoed sabe que está a lutar contra a maré, não tem meios para controlar as transferências electrónicas, nem as sobrefacturações, nem as notas

Continua na pág. 11

Tráfico de documentos na Embaixada de Angola

UMA rede de traficantes de passaportes, vistos de entrada e certidões, constituída por funcionários da Embaixada de Angola em Portugal, foi esta semana desmantelada. A tarefa foi levada a cabo após uma investigação desta representação diplomática.

A referida rede, que se dedicava à falsificação de documentação diversa — entre as quais a assinatura do cônsul-geral da embaixada, Francisco Garrido — poderá envolver a esposa do conselheiro do embaixador, Lúcia Cruz, escriturária e mais outros quatro funcionários que foram suspensos das suas funções. Mas fontes ligadas à investigação afirmam que o número de implicados pode ser maior.

A fraude, segundo apurou o EXPRESSO, estendia-se à falsificação do selo branco em uso na representação diplomática e à autenticação de cartas de condução falsas, numa santa aliança com a «mafia» dos Serviços Centrais de Vição e Trânsito de Angola cuja cúpula foi agora afastada por actos de corrupção e suborno. Na sequência da descoberta desta rede, que terá causado ao Estado angolano prejuízos que ultrapassam o milhar de contos, os funcionários de nacionalidade angolana serão em breve enviados para Luanda para investigação criminal, enquanto os processos de Hélder Costa, Fátima Brazão e Idalina Agostinho, todos funcionários portugueses, serão remetidos à

PJ portuguesa.

De acordo com uma fonte da embaixada, os crescentes sinais externos de riqueza de alguns funcionários que «trocavam de viaturas como quem muda de camisa», levavam uma vida faustosa incompatível com os seus salários que não ultrapassam os 90 mil escudos, constituiu o primeiro sinal para pôr em pista a investigação.

Paralelamente, crescia no seio da comunidade angolana residente em Portugal, uma onda de protestos e reclamações junto dos serviços consulares pela excessiva demora no expediente dos processos, que chegavam a levar seis meses a serem despachados. «Para obter uma certidão por

vias mais expeditas, alguns de nós tínhamos de adiantar entre 30 a 60 mil escudos», — esclarece Francisco António, um emigrante angolano a trabalhar na Musgueira. Uma primeira tentativa de desmantelamento desta rede, segundo uma fonte do Ministério Angolano das Relações Exteriores, terá esbarrado com uma aparente oposição do conselheiro do embaixador, Hélder Lucas, que terá manifestado relutância em dirigir um processo de inquérito que poderia «ferir a confiança» de colegas.

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda

Plano em envelope lacrado para repatriar portugueses

A indesejada rota do Cairo

PÚBLICO, 16 4 94

EM ENVELOPES lacrados, depositado em quatro Ministérios, está o "plano Retorno" destinado a repatriar os cidadãos portugueses residentes na África do Sul. O Governo acredita que não vai ser necessário abrir os envelopes que contêm a ordem de operações. Mas, se forem abertos, os pólos de apoio à retirada serão as cidades da Beira e Maputo (Moçambique) e o Cairo para base de trânsito. A primeira força-tarefa é atribuída à Esquadra 501 da Força Aérea, com os C-130. Será esta Esquadra que fará a ligação entre a África do Sul e Moçambique. A esperança é não ser precisa a rota do Cairo.

A confiança que o Governo manifesta quanto à diminuição da violência na África do Sul baseia-se na troca de informações entre os serviços secretos que actuam na região. A tendência prevaiente aponta para "gradual esvaziamento do clima de risco". O plano está em carteira, dividido em três graus operacionais. Cada responsável dos órgãos de Estado intervenientes na sua execução tem em seu poder um envelope lacrado. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Defesa têm a seu cargo os "envelopes de choque", que são a operação de protecção e repatriamento. A tutela da Administração Interna, dos Transportes, da Segurança Social, da Saúde são responsáveis pelo processo de acolhimento. Todos rezam para que não seja preciso.

Os últimos dados em poder das autoridades portuguesas, segundo fonte do Ministério da Defesa, "ainda são animadores". Da parte de Portugal tem havido contacto permanente com a Inglaterra e a França, os países que têm um plano

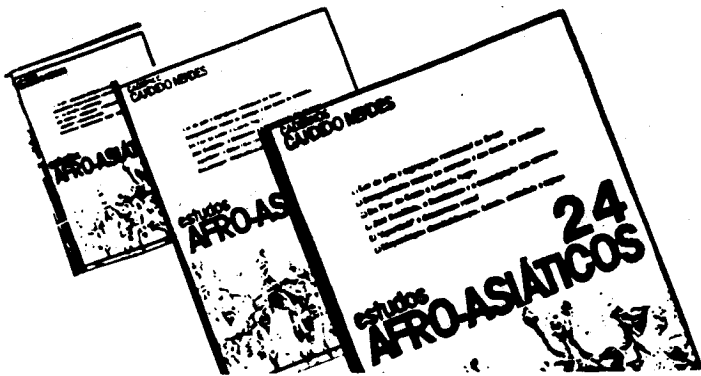
operacional de segurança. A Inglaterra incuiu no seu plano de prevenção o sistema militar de comunicações que Portugal instalou em Moçambique como participante na força de paz das Nações Unidas (Onumoz). O sistema de comunicações do Intalhão português é considerado de primeira importância se houver necessidade de executar uma acção de repatriamento que implique operações de ponte aérea.

A escolha de Moçambique como primeira base de acolhimento para cidadãos portugueses tem duas razões. A primeira é a proximidade por fronteira, com o Estado de Moçambique disponível para cooperar. A segunda razão está no facto de alguns milhares de cidadãos que integram a comunidade portuguesa sul-africana ser originária de Moçambique, país que vê com muito bons olhos a prospecção que alguns núcleos de residentes portugueses na África do Sul

têm feito em Moçambique desde Junho do ano passado.

Como reforço de comunicações entre a África do Sul e Moçambique foi ontem anunciada a reabertura da linha ferroviária entre Joanesburgo e Maputo. A linha volta a estar operacional a partir de domingo e a companhia sul-africana de Caminhos de Ferro (SPOORNET) anunciou o compromisso de realizar três ligações por semana entre terminais, Joanesburgo-Maputo-Joanesburgo, permitindo ligação por Pretória.

Esta decisão da companhia ferroviária é interpretada pelos serviços de informações como sinal positivo, relativamente ao próximo futuro da África do Sul. Os comboios que vão ser postos a circular a partir de domingo são de passageiros e o restabelecimento da rede ferroviária significa retoma da normalidade e não o contrário. ■



FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA

LIGUE
531-2000
R. 259

Continuação da pág. 10

Uma questão de sorte

envidas em cartas para a família, nem as pessoas que usam vários passaportes para recolherem várias vezes 20 mil randas, o total autorizado para uma pessoa que saia do país. «Algumas agências de viagens portuguesas também estão metidas», disse, desconhecendo no entanto que os escritórios de representação de bancos portugueses também embarcam no negócio. «O ano passado devem ter sido transferidos entre 12 e 15 milhões de contos», disse uma fonte bancária, referindo-se aos portugueses que às vezes pretendem transferências ilegais na ordem dos 500 mil randas. Antigamente, os montantes andavam à volta das dezenas de milhares de randas por pessoa.

Pré-mentalidade de galinha

É a pré-mentalidade de galinha (nome pelo qual são conhecidos os que preferem sair) que se instala num ambiente de esperar-para-ver o que acontece dentro de 15 dias, quando os sem voz política

começarem a depositar os seus boletins de voto, entre intimidações e agressões, nalguns casos, na esperança de que a sua vida mude, o que não vai acontecer nos próximos cinco anos.

O «slogan» clintoniano «é a economia, estúpido» tem aqui a sua tradução dramática «são os empregos, estúpido». E dar emprego a 50 por cento da força de trabalho desempregada, milhões de pessoas que têm por casa uma cama partilhada nos «hostels» (camaratas) das «townships» negras, revela-se uma tarefa de gerações.

«One settler, one bullet», apregoava o radical Pan Africanist Congress. Mas a consciência das realidades e a reacção pública obrigaram a uma operação de cosmética: «one settler, one ticket», uma espécie de africano suave, dada a extrema gravidade da situação económica, política e social.

«Nós não somos contra os brancos, somos contra o domínio dos brancos», disse ao EX-PRESSO Patricia de Lille, mais conhecida por «Tigre da Azânia», (a África do Sul negra) a líder

extremista e carismática do PAC e a mulher que, com os seus discursos inflamados, mais medo mete à comunidade branca.

«A única coisa que vai acontecer depois das eleições é que vamos substituir caras brancas por caras negras. Muito pouco vai mudar», afirmou De Lille, com os seus modos brandos mas decididos.

Não é tanto assim. Mas com metade da população desempregada e a outra metade em greve, como afirma a conversa de café, a extrema tensão que se vive na província de Kwazulu/Natal, no sudoeste, e o impasse a que chegaram as negociações tendo em vista um compromisso de última hora para que as eleições se possam ali realizar livres de intimidação e violência política (que clama uma média diária de 15 vidas), a África do Sul sofre na carne as dores de um parto muito complicado. E o país que vai nascer em breve terá nele os sinais brancos, negros e mestiços, a pele, afinal, de um corpo cheio de cicatrizes hereditárias difíceis de sarar.

A guerra pode esperar

EXPRESSO, 16.4.93

O NOVO calendário de paz para Moçambique — que substituiu a «utópica» agenda aprovada em Roma, há ano e meio, entre a Renamo e o Governo do Maputo — está a ser cumprido, embora com significativos atrasos, devidos às desconfianças mútuas das partes signatárias e a dificuldades encontradas no terreno pela missão da ONU (Onumoz).

Face ao quase total desrespeito pelo plano urdido em Outubro de 1992, as Nações Unidas propuseram um novo calendário, mais realista, com resultados satisfatórios até ao momento. Mas o teste decisivo para o processo de pacificação serão as primeiras eleições multipartidárias, marcadas para 27 e 28 de Outubro, e o período subsequente (como o prova o caso angolano).

Até lá, os antigos beligerantes confrontar-se-ão com um novo quadro, que resulta da retirada do país dos «capacetes azuis» italianos, que constituem a espinha dorsal da Onumoz. Os primeiros 166 militares transalpinos, de um contingente de 1100, abandonaram Moçambique na quinta-feira e os restantes deverão sair até final do mês.

A seis meses do acto eleitoral, já existem em Moçambique 16 partidos políticos. Joaquim Chissano, chefe de Estado, e Afonso Dhlakama, o líder da Renamo, que inicia na quinta-feira a primeira visita oficial a Portugal, já foram confirmados pelos respectivos partidos como candidatos presidenciais. Um terceiro homem bem colocado na corrida à «Ponta Vermelha», a Presidência da República, é Domingos Arouca, chefe da Frente Unida de Moçambique (Fumo).

REGINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

O QUE FOI CUMPRIDO

■ **Legislação** — A Lei Eleitoral foi ratificada pelo Parlamento, foi criada a Comissão Nacional de Eleições (Novembro de 1993) e efectuado o concurso para os materiais de recenseamento.

■ **Acomodamento** — Começou em Novembro, com portugueses e franceses a iniciarem planos

de treino. Em Dezembro, britânicos terminaram treino de instrutores em Nyanga (Zimbabwe) e abriram centros de instrução das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), para 30 mil homens, 15 mil da ex-Renamo e outros tantos da Frelimo. O treino de oficiais findou em Janeiro e o primeiro ciclo da infantaria começa dia 27.

O QUE AVANÇOU POUCO

■ **Desarmamento** — O controlo e posterior redistribuição de armamento, iniciado em Novembro pela ONUMAZ, prossegue lenta e deficientemente.

■ **Desmobilização** — Não será possível a des-

mobilização completa segundo o calendário, ou seja até ao próximo mês. Deviam estar já desmobilizados 75 por cento dos militares (Governo tem de desmobilizar 80 mil homens e a Renamo cinco mil), mas o Exército só desmobilizou até agora 10.850 homens e a Renamo 374.

O QUE FALTA CUMPRIR

■ **Extinção das milícias** — Iniciada em Novembro de 1993, a extinção das forças privadas e irregulares, calculadas em cerca de 155 mil homens, deveria estar completa em Dezembro. Excluídas as empresas de segurança privadas (só em Maputo há mais de meia dúzia registadas, com efectivos entre 50 e 300 homens), grande parte das quais são dirigidas por pessoas que pertença(ram) ou têm fortes laços com a segurança do Estado.

■ **Reintegração** — O programa de reintegração dos deslocados e refugiados civis deve estar finalizado em Junho, mas é duvidoso que o calendário seja respeitado.

■ **Forças Armadas** — No próximo mês deveria terminar a desmobilização e as FADM têm de estar operacionais em 50 por cento, mas é duvidoso que isso aconteça. O treino dos vários corpos do futuro Exército único está muito atrasado.

■ **Eleições** — O recenseamento eleitoral deveria começar este mês. Remarcado para 1 de Junho, é duvidoso que seja feito nos prazos previstos. As 1600 «brigadas eleitorais» ainda não iniciaram o seu trabalho, cujo início estava marcado para o mês passado. A campanha eleitoral deverá começar em Setembro e terminar em 14 de Outubro, duas semanas antes do sufrágio.

Inkatha cancela manifestação Perigo adiado na África do Sul

PÚBLICO, 18.4.94

Os partidários do líder zulu Mangosuthu Buthelezi suspenderam a manifestação planeada para hoje, em Joanesburgo, e que as autoridades tinham proibido com receio de incidentes graves, prometendo para breve a marcação de uma nova data.

Charles Loliwe, presidente da juventude do Partido da Liberdade Inkatha (IFP, de base zulu), que tenta boicotar as eleições dos próximos dias 26 e 28, disse que a direcção da organização se reuniu para escolher um novo dia para a marcha. Esta deveria levar hoje a Joanesburgo cerca de 50 mil pessoas.

“O comité executivo do IFP está reunido neste momento para discutir a data para a marcha, mas podemos dizer que a manifestação de amanhã foi adiada até que o encontro do comité chegue a uma conclusão”, disse Charles Loliwe, citado pela agência Reuter.

As autoridades tinham tomado medidas excepcionais na capital económica sul-africana,

receando que o desfile zulu degenerasse numa tragédia semelhante ou maior do que a registada no dia 28 de Março, quando 53 pessoas foram mortas em Joanesburgo. Oito das vítimas foram mortas por guardas do Congresso Nacional Africano (ANC), que acusaram então os zulus de tentarem invadir a sua sede.

O Governo do presidente Frederik de Klerk tem entretanto uma nova preocupação. “Centenas de zulus dotados de um importante armamento estão a realizar secretamente manobras militares nas colinas do Norte do Natal, na previsão de uma guerra civil”, noticiou ontem o jornal britânico “Sunday Times”. As manobras realizam-se, apesar das leis de emergência que proíbem qualquer treino militar não autorizado. O Natal é a província da região oriental onde se situa o KwaZulu e onde vivem 8,5 milhões de membros da etnia zulu.

Andrew Hogg, o jornalista autor da notícia, afirma que entrou “excepcionalmente

num campo [de treino] junto à fronteira com Moçambique, onde várias centenas de zulus, dotados de armas semi-automáticas se preparam para combater as forças de um governo sob a égide do Congresso Nacional Africano”.

Centenas de homens, cujo treino descreve como feito sob o comando de um antigo responsável branco das forças de segurança, Philip Powell, “são apenas uma parte da força de 5 mil homens, criada nos últimos meses pelo rei zulu Goodwill Zwelithini, sobrinho do líder do IFP, Mangosuthu Buthelezi”.

“Eles pensam que a guerra com as Forças de Defesa da África do Sul começará pouco depois da vitória eleitoral do ANC, em dez dias”, após as primeiras eleições multirraciais da história do país, escreve Hogg.

Milhares de mortos

A notícia do “Sunday Times” surge um dia depois de Buthelezi ter afirmado que as possibilidades de a paz ou de guerra na África do Sul são as mesmas.

O Governo sul-africano não desconhece o que se passa nas colinas setentrionais do Natal. “Os responsáveis pelos serviços de informação sul-africanos avisaram o presidente De Klerk e o líder do ANC, Nel-

son Mandela, que uma guerra com os realistas [forças leais ao soberano do KwaZulu] poderão causar 50 mil mortos.”

Os zulus, a etnia maioritária do IFP, entendem que o processo democrático em curso no país não tem em consideração as exigências da nação zulu. Goodwill Zwelithini chegou mesmo a declarar a “soberania” do KwaZulu. E a primeira mulher zulu, Sibongile Zungu, a tornar-se “nkozi” (chefe) de uma tribo disse ontem que a África do Sul não está preparada para o primeiro escrutínio multirracial democrático previsto para de hoje a nove dias.

Sibongile Zungu, 31 anos, licenciada em Medicina, que sucedeu em Setembro de 1992 ao seu marido, Bhikiziswe Zungu, na chefia da tribo Madlebe, no Norte do Natal, sublinhou que 73 por cento dos sul-africanos ainda são analfabetos, segundo um estudo de 1990, o que condiciona a verdade das eleições. Mas acrescentou que a recusa de alguns “nkozis” em ir às urnas “não é definitiva”.

Pelo menos cinco pessoas foram mortas na província do Natal, vítimas da violência política, que já matou dez mil pessoas na região, anunciou ontem à noite, em Durban, um porta-voz da polícia. A mais recente vítima morreu num comício do ANC, em Athlone, onde Nelson Mandela discursava, durante incidentes que causaram ainda duas dezenas de feridos. ■

O combate dos chefes

OS APOIANTES do Governo e os adeptos do ANC discutem acaloradamente quem triunfou no extraordinário debate televisivo entre os dirigentes rivais. É provável que De Klerk colha os louros. Considerada «a mais importante emissão da história da África do Sul», é duvidoso que o debate de quinta-feira à noite decida o destino do país. Mas a presença de dois laureados com o Prémio Nobel — um, antigo prisioneiro, outro, o seu antigo carrasco — a discutirem durante 70 minutos justificou a descrição como uma das mais extraordinárias produções da era da televisão. A emissão acabou por ser uma reposição da campanha eleitoral. Tanto De Klerk, que costuma ser menos fluente em inglês, como Mandela, cujo estilo frequentemente monocórdico é conhecido por fazer adormecer milhares de pessoas, revelaram-se contendores surpreendentemente eficazes. Tudo indica que o debate se saldou num empate, apesar de Mandela vencer aos pontos. Mas pode ter sido um impulso para o Partido Nacional, dado o efeito que poderá ter ao contribuir para «legitimar» a sua campanha junto dos eleitores negros. Um dos principais problemas defrontados pelos nacionalistas na perspectiva das eleições de «libertação» tem sido o perigo de a sua campanha redundar no ridículo entre os negros, que se recusariam a tomar a sério o partido que criou o «apartheid». Mas ao aceitar encontrar-se com De Klerk na hora de maior audiência televisiva, e ao não conseguir derrotá-lo, Mandela acabou por permitir que os nacionalistas demonstrassem que, pelo menos, têm alguma coisa a propor ao eleitorado. Isto foi visível, mais uma vez ironicamente, quando Mandela desferiu os que seriam provavelmente os seus golpes mais demolidores do debate. O presidente do ANC exibiu uma banda desenhada publicada pelo Partido Nacional na Cidade do Cabo, recentemente proibida pela Comissão Eleitoral Independente, classificando-a de «racista». Agitando a publicação, Mandela perguntava se era uma prova de que o Partido Nacional tinha realmente mudado. De Klerk retaliou, acusando Mandela de racismo pessoal por ter impingido um dirigente «de cor» (mestiço), o reverendo Alan Boesak, no ANC do Cabo, numa tentativa para atrair os votos étnicos na região. O contra-ataque não foi tão demolidor como

EXPRESSO, 16.4.93

a primeira acusação de Mandela, mas mostrou que o racismo não é uma simples questão a preto e branco. Do mesmo modo, o presidente do ANC marcou pontos ao revelar que pedira repetidas vezes a De Klerk uma cópia do relatório interno do Governo que conduziu recentemente à reforma compulsiva de um grupo de oficiais superiores do Exército. Garantindo que o relatório continha provas da existência de uma «terceira força» — uma conspiração para destabilizar o país — Mandela acusou De Klerk de encobrimento. Retorquindo que, de acordo com as regras do debate, não tinha tempo para explicar, De Klerk titubeou ou que «não era um relatório dessa natureza». Mas recuperou ao indicar que o ANC publicara um relatório sobre as atrocidades nos seus campos de detenção no exílio e, desavergonhadamente, acabara por colocar vários dos responsáveis nas listas de candidatos às eleições parlamentares. Mais uma vez mostrou que os abusos do poder não são um exclusivo do Governo nacionalista. É duvidoso que este efeito de ricochete do embate venha a ter um impacto significativo nos resultados eleitorais. Mas pode ter efeito na população de cor, que tem poder para decidir dois dos nove estados provinciais do país — o Cabo ocidental e setentrional. Os mestiços devem ser as maiores vítimas do «apartheid», mas as sondagens de opinião sugerem que muitos estão a deslocar-se para o Partido Nacional, identificando-se com aqueles que falam afrikaans, apesar de serem os seus antigos opressores. Para os «indecisos», o debate pode ser a justificação moral para uma adesão ao antigo «partido do 'apartheid'». O debate também teve momentos de reconciliação. Mandela espantou a audiência ao estender a mão a De Klerk, dizendo: «Tenho orgulho em apertar-lhe a mão para que possamos caminhar em frente. Trabalhemos juntos para acabar com as divisões e pôr fim às desconfianças». A última palavra do debate foi decidida por moeda ao ar. Foi para Mandela: «Quem votar no ANC votará numa organização que tem mais de 80 anos de experiência na construção do país». Foram 80 anos, dos quais os últimos 70 minutos foram certamente os mais importantes.

DAVID BERESFORD
correspondente em Joanesburgo

Um madeirense isolado na cidade negra de Alexandra

Telhado com vista para o gueto

PÚBLICO, 18.4.94

Do nosso enviado Rui Cardoso Martins, em Joanesburgo

Onde é que estaria José Sumares, o madeirense que se fez Joe há 30 anos, se hoje houvesse mais uma marcha sulu? Provavelmente sobre o zinco que cobre o talho que comprou há quatro anos. O pior negócio que podia ter feito, pois em frente da cidade negra de Alexandra, satélite de Joanesburgo, o lucro do negociante é agora ter mais um dia são e salvo. Há 15 dias, partiram daqui os sulus para o massacre. Hoje, se a marcha se repetisse, Joe teria que fechar a porta para ver o que se segue.

Sempre que as coisas aquecem a sério, trepa para o telhado de zinco como um gato. Com os últimos ensaios, em menos de dez segundos Joe Sumares ultrapassa o grande frigorífico das carnes, abre a porta das traseiras, dá dois passos no saguão, catapulta o corpo na calha das chuvas com a mão direita, põe o pé esquerdo no tijolo superior e fica a salvo. Daí pode ver como as pessoas se matam na rua, mas não ainda a ele, o dono do desafortunado talho Wynberg Hiper Meat, Joanesburgo pobre.

“As vezes que eu já tive que fazer isto...”, diz, olhando lá para baixo, para o intenso

movimento de carros, vendedores e lixos na 2ª Avenida, a cidade negra de Alexandra ao fundo e, no extremo do quarteirão batido pelo sol de África, o muro alto do albergue dos zulus.

O bigode do madeirense José Sumares, que há três décadas ficou Joe, transpira raiva e ironia. Pois não há dúvida nenhuma que fez um péssimo negócio na zona nordeste de Joanesburgo. Há quatro anos comprou o talho por 800 mil randes (cerca de 40 mil contos), na certeza absoluta de o vir a vender por milhão e

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

PÚBLICO, 18.4.94

Telhado com vista para o gueto

meio: "Isto aqui é só pretos, mas isto aqui era uma mina de ouro." No ano passado ofereceram-lhe um milhão e duzentos de dinheiro à vista e recusou. Hoje está amarrado a uma casa do medo, pela qual ninguém, no seu meio-nó juízo, dará um chave.

Joe tem os episódios tão frescos na sua cabeça como estão preparadas para explodir as seis gordas balas do revólver prateado que não larga a sua cintura: "Todos os dias tenho a minha vida na linha. Trabalho das seis da manhã às sete e meia da tarde. Eu só peço a Deus que me deixe levantar, que deixem a minha família em paz, que possa vir aqui fazer o meu negócio e voltar para casa."

Parece não ser pedir muito, mas é. Joe é um dos quatro talhantes portugueses que vendem carne a 45 mil pessoas da miserável e violenta cidade negra de Alexandra, encafuadas em três por três quilómetros quadrados por obra e graça do "apartheid".

Em Maio do ano passado, vários homens com armas automáticas fizeram uma razia nas caixas e quase racharam de vez a cabeça de um dos empregados. A 1 de Fevereiro deste ano, a mulher de Joe foi atacada mesmo em frente do estabelecimento, no passeio onde centenas de negros vendem frutas, champô, sacos de plástico, sumos e cervejas, e roubaram-lhe todo o dinheiro que trazia do banco. Na semana passada, cinco brancos, sem que ninguém tenha chegado a saber porquê — fora a meia dúzia de comerciantes como Joe, são aqui tão raros como peixes vivos no deserto —, foram baleados naquela esquina à direita.

Três morreram. E já entrou em Alexandra? "Um branco ir lá agora sozinho?! Ai isso saís de lá de certeza sem eles..."

"Conselho de segurança"

A última vez que Joe trepou como um gato para o telhado de zinco foi exactamente há 15 dias: a "segunda-feira negra" em que os zulus apoiados do partido Inkhata marcharam contra as eleições pelo centro de Joanesburgo, um dia que acabou com mais de meia centena de mortos, caídos em vários pontos da cidade. Joe Suma-

res viu como tudo começou, porque tudo começou mesmo ao lado do seu Wynberg Hyper Meat. Oito mil zulus, entre trabalhadores das minas e desempregados, muitos deles armados com catanas tradicionais, saíram do albergue eram oito da manhã e começaram a descer a 2ª Avenida.

De repente, todos os vendedores fugiram do passeio e Joe fechou a porta do talho. "Eles partiram daqui e avançaram para a cidade." Joe voltou a abrir a porta. "Às 14h30, os homens do ANC vieram avisar-me que era melhor fechar a porta porque eles iam atacar os zulus no regresso. Aqui nesta zona mataram quatro homens e uma mulher, ela ali mesmo na esquina", conta Joe, apontando a rua.

É tempo de descer à loja, porque o serviço não pára. Em Joanesburgo, onde mais de metade da população portuguesa é de origem madeirense, a necessidade do negócio é, frequentemente, uma ordem sem apelo nem agravo: começa, mas não tem um fim razoável e a noite de Joanesburgo ficou demasiado perigosa para isso.

António Teixeira, conselheiro na África do Sul, lembrou, antes, como a comunidade foi há ano e meio obrigada a criar um conselho de segurança (em colaboração com a polícia sul-africana), destinado a diminuir as agressões aos pequenos comerciantes. Cerca de 90 por cento do comércio de cafés, "fish and chips" e hortaliças tem sido controlado por madeirenses.

Seja por vinganças pessoais, seja por simples criminalidade, só em 1992 foram assassinados 36 proprietários dentro dos seus estabelecimentos espalhados pela cidade, quase todos a bala. No ano passado o número de assassinatos diminuiu, pensa António Teixeira, porque os conselhos estavam certos. "Eles continuavam a falar com os negros como dantes [quando havia 'apartheid' oficial]. Nunca reflectiram que estávamos a entrar numa nova África do Sul em que o tratamento tinha que mudar."

Quer isto dizer — não foi António Teixeira quem o disse, mas outros portugueses em cocho — que era habitual o tratamento insultuoso ao ne-

gro e mesmo cohrar-lhe escandalosamente o dobro do que se pedira ao cliente branco que estava na fila. A frente, claro. Outra das coisas foi convencê-los a fechar mais cedo, pois muitos só encerram às dez da noite, arriscando um assalto "por mais dez ou 20 randes".

Ossos em vez de bife

Joe Sumares não só fecha mais cedo, quando o sol enfraquecido mal toca a linha de barracas do horizonte: os seus preços mantêm-se ao nível dos outros talhantes de Wynberg e acha desprovisável quem se aproveita da situação desfavorável dos outros. Porque um negro "quando se corta deita sangue vermelho igual ao nosso", porque do emprego que dá dependem dez famílias de negros, num vaivém intermitente de cortar cabeças de porco, peles de vaca, cinchar na franga que enchem a loja do cheiro doce do sangue.

Até sabe bem por que é que o seu negócio caiu a pique, e vende tantas peças de osso em vez de bife, e está cada minuto à espera de ser assaltado por um dos homens esfarrapados que entram e

saem: "Quando vim para aqui, só vinte por cento do pessoal não tinha trabalho. Agora o desemprego vai em cinquenta por cento. O pessoal não tem dinheiro para comer..."

José Sumares, de 42 anos, cujo avô foi para a África do Sul ainda em 1922, que muito antes de ter apostado nas carnes fez a tropa como marinheiro sul-africano, também sofreu na pele os categóricos efeitos da estratificação social. Aquela que se criou na ponta sul de África que viu em 1488 o primeiro homem branco, um tal Bartolomeu Dias.

Joe não está lá em baixo, mas em cima é que também não está. Para a maioria dos psicologicamente interessantes africanos, os bóeres eleitos por um Deus alvíssimo, que detesta misturas e confusões, Sumares é um "porra". Um porra é um português, porque costuma dizer "porra". E quando chegou da Madeira, com apenas 11 anos, e até há duas décadas, diz, não passava de um "seakaffir" — um "preto do mar".

"E nós chamávamos-lhes 'rock spiders' [aranhas das rochas], por serem brutos", confessa Joe Sumares. E o bóer, em língua portuguesa, é também um "padece". "Ele quer tanto para ele que parece que está sempre a padecer, a sofrer por querer tudo..."

Mas não são palavras o que preocupa agora o dono do Wynberg Hyper Meat. Apenas o que se vai passar nesta contagem decrescente para as eleições multirraciais. Joe ficou, mais a mulher e os três filhos. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS Suma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glória da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). WE ASK FOR EXCHANGE.

D
PR
BELLVIL
SOUTH AF.

5

I M P R E S S O